

**1.ª Sessão Legislativa de 7.ª Legislatura**  
**Ata da 201.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 3 de Novembro de 1971 — (4.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Junior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomei, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggian Filho, Oulton Reinardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramelia, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger — Paulo Camargo — Pinto Dias e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solocitando REGIME DE URGENCIA para o Projeto de Lei n.º 255.71.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, regimentalmente requer à Mesa a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Juvenal do Nascimento, que durante 41 anos exerceu funções de linotipista no jornal Gazeta do Povo, editado nesta Capital.

Exemplar chefe de família e eficiente profissional, constituiu-se num verdadeiro exemplo à classe, pela forma como desempenhava sua missão. Outrossim, aprovado o presente, oficiase à família enlutada, dando-lhe ciência da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Mauricio Fruet

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserto na Ata dos trabalhos desta sessão um Voto de Aplauso de Poder Legislativo à Exma. Sra. Helena Ferraz de Carvalho, pela sua atuação profundamente cristã ao chamar a si a tarefa de promover o Natal do Encarcerado do ano em curso;

2.º — seja, desta decisão, dado ciência através de expediente desta Casa aos Senhores Dr. José Lopes de Noronha, DD Diretor Geral do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado; Dr. Lamartine Rollo Soares, DD, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba; e Dr. Arlindo Godoi, DD, Diretor da Penitenciária de Mulheres.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Acyr José

### JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com este requerimento, registrar a justiça de uma homenagem que deve ser prestada à ilustre dama Sra. Helena Ferraz de Carvalho, por haver decidido promover as festividades do Natal do Encarcerado e dar aquela festa de confraternização entre os companheiros de infortúnio, um sentido eminentemente cristão à comemoração da data, dizendo aqueles desprotegidos da sorte e da fortuna e ainda estigmatizados pela segregação social, que o sentimento de solidariedade que a mulher paranaense tem para com os que sofrem é suficientemente forte para transpor os muros de um presídio e levar-lhes o auxílio material e o conforto espiritual fazendo-os sentir que eles também são parte da comunidade e, como tal, lembrados com misericórdia, porque mais sofredores.

A Exa. Sra. Dona Helena Ferraz de Carvalho, avocando para si a promoção do Natal do Encarcerado, além de dar evidência concreta de sua formação cristã e espírito filantrópico, projetou, também a imagem fiel da mulher paranaense, — esposa, mãe, filha — que tem sempre seus sentimentos voltados para os despossuídos, os despojados, os que nada têm de seu a não ser um passado que os oprime, um futuro que os aterra, e um presente que é um fardo de misérias que esmagaria os ombros do Herói. Para esses marginalizados da sociedade, esquecidos da família o gesto da Exma. Sra. Dona Helena Ferraz de Carvalho, levando-lhes a certeza de que eles não estão esquecidos, dar-lhes a forças para enfrentarem com disposição de ânimo as horas de cruciante isolamento que a dureza do destino impôs aos mesmos.

Sentimo-nos felizes, Senhor Presidente e nobres Deputados, em podermos fazer o registro da nobre e filantrópica atitude da ilustre dama, Sra. Helena Ferraz de Carvalho, porque a manifestação desta Assembléia Legislativa de apoio à sua atuação, significará o reconhecimento do povo aqui representado àquele espírito de virtudes peregrinas que, deixando de lado as amarguras de uma suave convivência social, busca no trabalho altamente meritório, mitigar a dor daqueles os quais mais duramente a porta do destino se fechou.

Tendo por certo que os nobres Deputados também assim entenderão o trabalho da Exma. Sra. Dona Helena Ferraz de Carvalho e, portanto, alcançarão o sentido desta nossa iniciativa encarecemos a todos o honroso e indispensável apoio.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

requer, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do dia de hoje, um "voto de regozijo" pela decisão tomada pela Administração Federal, de instalar no Paraná uma refinaria de petróleo, com capacidade para 110.000 barris diários.

A iniciativa, é desnecessária frisar, é uma das maiores vitórias obtidas pelo nosso Estado nos últimos anos, não só pelos aspectos econômicos envolvidos, como pela repercussão social do empreendimento, que gerará emprego, aproximadamente, para 25.000 pessoas.

Em nosso pronunciamento na Tribuna desta Casa, em 20 de agosto próximo passado, ao defendermos a implantação da refinaria em solo paranaense, já tivemos a oportunidade de frisar a situação do Paraná como quarto consumidor de petróleo do Brasil e as vantagens adicionais que a instalação deste complexo industrial, pelo desenvolvimento concomitante da indústria de fertilizantes e petroquímica.

É por esta incomensurável vitória, Senhor Presidente, que não é só nossa, mas também das gerações futuras, que reputo dos mais justos o voto de regozijo ora proposto, que é, quero crer, a expressão da alegria que a medida traz ao povo paranaense.

Requer-se, outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro das Minas e Energia e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Petrobrás, extensivo ao Conselho daquela empresa estatal.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Nelson Buffara

#### Requerimento

Senhor Presidente:

##### CONSIDERANDO:

1. A contribuição relevante prestada à comunidade paranaense pela TV. Paranaense, CANAL 12, na difusão da cultura, na presteza da informação e na salutar diversão;

2. A passagem, no último dia 29 de outubro do corrente ano, do 11.º aniversário de fundação da referida tele-emissora, Requeremos à Mesa, na forma regimental, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de regozijo pela passagem do 11.º aniversário de fundação da TV. Paranaense Canal 12 e, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Direção da Organização, na pessoa de seu diretor Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, cumprimentando-o e a seus funcionários pela efeméride.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(aa) Mauricio Fruet e Acyr José

#### Requerimento

Senhor Presidente:

##### CONSIDERANDO:

1. A decisão adotada pela diretoria da Petrobrás, anunciada na última semana, solicitando que a próxima refinaria de petróleo a ser construída pela empresa terá localização no Paraná, no Município de Araucária, provavelmente;

2. A importância de tal decisão para o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado;

3. A forma técnica e imparcial com que os dirigentes da Petrobrás agiram para adotar tal orientação, Requeiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de regozijo à direção e funcionários da Petrobrás, e aprovado o presente, oficie-se à Empresa, na pessoa de seu diretor presidente.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Mauricio Fruet

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive requer, após ouvido o Plenário, seja o Grande Expediente da sessão do dia 4, dedicado a prestar homenagem pela passagem do segundo aniversário do Governo Emílio G. Médici.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Antônio Lopes Júnior

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja enviado ofício ao Superintendente da Receita Federal, Senhor Doutor Hélio Mazzolly, solicitando funcionários para a Delegacia da Receita Federal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Marciano Baraniuk

### JUSTIFICATIVA:

A Agência da Receita Federal de Umuarama abrange onze Municípios na Região. É composta de 10 mil e trezentos quilômetros quadrados, com seiscentos mil habitantes, e que anualmente são feitas, em média, três mil declarações jurídicas, vinte mil declarações de pessoas físicas, sendo impossível o atendimento nas atuais condições da Agência de Umuarama, contando apenas com um funcionário, que é o responsável da Agência. Solicitamos pois que o Senhor Superintendente da Receita Federal do Paraná providencie a normalização daquela Agência, para o bom atendimento daqueles contribuintes.

### Requerimento

Senhor Presidente:

De acordo com o que dispõe o Regimento Interno e no uso de suas prerrogativas, o Deputado que este subscrive, requer seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo "Em Torno do Artigo 197 da Constituição", de autoria do ilustre Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, publicado no jornal "Gazeta do Povo", desta Capital, à página 5 do primeiro caderno, edição do dia 12 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

Dar ciência ao Autor.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual subscritor do presente, com a devida vênia e nos termos do art. 194, § 4.º, pede sejam abonadas as suas faltas às sessões dos dias 18 a 25, inclusive, motivadas pelo acidente automobilístico que sofreu e que justifica sua ausência, cumprindo notar que nos dias 18 a 20 permaneceu internado no Hospital da Cruz Vermelha, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Quando ocupamos esta Tribuna há cerca de três meses atrás, para alertar esta Casa, o Paraná é o próprio Governo de que o nosso Estado poderia ficar sem a sua Refinaria de Petróleo, tínhamos em mente tão somente cumprir com nosso dever nesta Casa, sem querer, com isso, acusar o atual Governo do Paraná de omissão naquele episódio e solicitamos mesmo ao Líder do Governo, que desse conhecimento ao Poder Legislativo das gestões dos trabalhos e das negociações que vinha fazendo o Governo do Estado, no sentido de trazer para o Paraná a 11.ª Refinaria da Petrobrás.

Verberamos na mesma oportunidade pronunciamento, a nosso ver infeliz, do Senador Mattos Leão, quando dizia que o problema da localização da Refinaria era problema técnico e que não importava o Estado que fosse escolhido para sua construção, mas o que importava mesmo era a sua construção. Porque nós, nesta Casa, pensamos tão somente em termos de Paraná, pensamos em termos do povo, jamais nos deixando influenciar por tendências políticas ou por tendências partidárias. Hoje vimos com satisfação que aquela luta iniciada em 1965 por Paulo Pimentel teve o cumprimento feliz: os técnicos da Petrobrás, segundo noticiário que a imprensa toda publicou, escolheram o Paraná para sede da Refinaria.

Não poderíamos deixar de vir à Tribuna fazer justiça a dois homens, embora com relação a um deles, continuemos mantendo as mesmas dissensões, as mesmas divergências políticas; mas, nesta hora, em que o Paraná todo está feliz, alegre por ter vencido a batalha, não podemos deixar de reconhecer que o atual Governador do Paraná trabalhou em silêncio, talvez um estágio desses tão comuns nas grandes lides políticas e administrativas. Talvez o silêncio fosse sua arma para conseguir que a Refinaria fosse de fato localizada no Paraná, como foi. Talvez não permitindo que o seu Líder trouxesse a esta Casa as demarches que vinham se processando junto à Petrobrás, junto ao Ministério de Minas e Energia, para que aqui fosse localizada a Refinaria, fizesse parte de um plano estratégico visando dar ao Paraná aquilo que é a máxima aspiração — a localização neste Estado de uma Refinaria de Petróleo que, temos certeza, acenderá o rastilho da revolução industrial do Paraná.

Nesta oportunidade não podemos, de maneira alguma, esquecer o trabalho gigantesco não só dos Srs. Deputados com assento na Assembleia Legislativa, de alguns Deputados com assento na Câmara Federal e ainda Senadores que lutaram para que esta vitória gigantesca se concretizasse. Temos que reconhecer o grande mérito que teve Paulo Pimentel, pois foi no seu Governo, em 1965, que se iniciaram os estudos que, no final, vieram a ser coroados de êxito com a decisão do Governo Federal de aqui implantar a Refinaria de Petróleo.

Por isto estamos encaminhando à consideração da Mesa um Requerimento com o seguinte teor: (16):

“Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Conselho Diretor da Companhia Brasileira de Petróleo — PETROBRAS — consignando a satisfação do povo paranaense pela escolha de nosso Estado como sede da refinaria planejada para o Extremo Sul Brasileiro. Que se frise, na comunicação a ser encaminhada, a certeza de que aquela empresa, ao proceder à localização, tendeu sobretudo critérios técnicos e interesses nacionais, ponderados desde 1965, quando pela primeira vez o Governo Paranaense forneceu subsídios sobre o Mercado de Consumo de Derivados de Petróleo na Região Sul. Tais estudos, adotados agora por assessoria técnica do Executivo por esta Assembleia e pelas classes produtoras do Paraná, vieram dar consistência a uma reivindicação que, atendida como o será, virá acender o rastilho da explosão industrial em nosso Estado.

Requer, outrossim, consigne-se nos Anais dêste Legislativo votos de congratulações aos Governadores Paulo Pimentel e Haroldo Leon Peres, pelo sucesso que obtiveram em suas gestões junto ao Governo Federal, na reivindicação pela refinaria do Paraná. Ao primeiro, pelos estudos concretos que mandou elaborar, e pelo início oportuno do debate que ora conclui de forma satisfatória. Ao segundo pelas gestões mais recentes, em que, embora sem divulgar que estudos tenha apresentado, conseguiu pronunciamento definitivo dos dirigentes da Petrobrás, trazendo para todo o Estado a euforia de um futuro econômico bem lastreado e próspero.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) **Erendy Silvério**

Este o teor do Requerimento que queríamos encaminhar à Mesa e julgávamos que necessário se fazia uma justificativa de nossa posição política, a fim de que nosso Requerimento não seja recebido como um desejo dêste Deputado de aproximação política com o atual Governo. Apenas sentimos que êsse seu trabalho de silêncio foi de grande importância para a vitória do Paraná. Naquela oportunidade criticamos, com justiça, o atual Governo por aquilo que considerávamos uma omissão que, talvez, na ocasião, fôsse um plano estratégico para a vitória final. Entretanto, justo é lembrar o trabalho de Paulo Pimentel e também ao atual Governador do Paraná deve-se grande parte da vitória que o nosso Estado obteve.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, segundo orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A nossa intenção ao assomarmos à Tribuna neste instante, é prestar uma justa homenagem a um Senador da República que, por fato acontecido na semana passada, não podia deixar passar desapercibido: é a figura do Senador Accioly Filho, aplaudido de pé na semana passada, quando pronunciou o seu Preceito sobre o Plano do Desenvolvimento, que teve o mérito de ser reconhecido, como Professor de Direito que é, na sua alta capacidade pelo seu brilho de homem público, homem que nunca foi afoito a promoções políticas; pela sua natureza de espírito e pelo seu comportamento, achamos de justiça que enderecemos um requerimento à Mesa, vasado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente:

Tendo em vista a alta significação e fundamental importância para os destinos de nossa Pátria, do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento que o Governo da União submeteu à apreciação e decisão do Congresso Nacional, e considerando o brilhante Parecer que sobre êle emitiu o ilustre Senador Accioly Filho, em cuja peca deixou, incontestavelmente, a marca da sua privilegiada inteligência e cultura, merecendo aplausos gerais, cujo fato honra sobremaneira as tradições de cultura do nosso Estado. Requeiro, por tal motivo, que esta Casa, consultado o Plenário, consigne na Ata desta sessão um voto de congratulações a Sua Excelência, bem como lhe manifeste, através de expediente próprio, os seus aplausos pela atuação marcante e patriótica com que se houve naquela oportunidade.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1971.

(a) **Nelson Buffara**

Temos um assunto que iremos abordar no Grande Expediente e que, por falta de tempo não o fazemos neste momento; refere-se ao decantado problema da Refinaria. No Grande Expediente iremos dissertar sobre o assunto, a fim de que justiça se faça nesta Casa, a respeito.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

A exemplo do que já se falou e do que já foi lido há instantes, pelo Sr. 1.º Secretário, ao início dos trabalhos legislativos desta sessão, apresentamos também inscrição e um voto de regozijo pela decisão tomada pela Direção da PETROBRAS, em instalar em nosso Estado, no município de Araucária, a 11a. Refinaria de Petróleo em nosso País, organizada, e que será orientada e dirigida pela Empresa.

Vs. Exas. receberam há poucos instantes, o último número da revista "Paraná em Páginas", onde é mostrado com riqueza de detalhes estatísticos, o trabalho que está sendo realizado pela PETROBRAS no Município de São Mateus do Sul, como a Usina de extração e beneficiamento do xisto pirobetuminoso. Por ali se vê a grandiosidade e a participação desta obra técnica. Ela representa uma pequena parcela da complexidade industrial que representa uma refinaria de petróleo.

Desnecessário seria ressaltar a sua importância, mas não podemos deixar de fazer constar na Ata desta sessão, o regozijo de todo o povo paranaense pela implantação, dentro de pouco tempo, no nosso Estado, da Refinaria de Petróleo no Município de Araucária, fator de alegria para todo o povo paranaense.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Marciano Baraniuk.

O SR. MARCIANO BARANIUK — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna, o assunto que vou tratar neste momento, refere-se a instalação do Diretório Municipal da ARENA em Umuarama. Isto talvez não teria assim a importância para a sua divulgação, mas sim em se tratando de um único Município que ainda não possuía um Diretório da ARENA, no Paraná. E no dia 28, nós nos dirigimos à Umuarama, acompanhados de S. Exa. o Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, Secretário da ARENA, para receber a instalação da Comissão Provisória do Diretório, em Umuarama. Lá, na reunião que tivemos na Câmara Municipal, com grande presença de pessoas e membros políticos de Umuarama, tivemos a satisfação de presenciar a Sessão que foi presidida por S. Exa. o Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior que, posteriormente, viajou para Curitiba. Tive a oportunidade, naquela reunião, de conversar com diversas correntes políticas, inclusive com meus opositores e, no dia seguinte, qual não foi a minha satisfação em observar que inclusive os meus opositores teceram elogios e agradecimentos a S. Exa. o Sr. Secretário Deputado Antônio Lopes Júnior, pela maneira com que conduziu aquela reunião. E a satisfação é imensa. Faço questão de, daqui da Tribuna, agradecer e dar meus parabéns à ARENA REGIONAL, por contar com a pessoa do Deputado Antônio Lopes Júnior na Secretaria da Comissão Executiva do Diretório Regional da ARENA; meus parabéns ao Diretório Regional da ARENA, por contar com uma Secretaria que, de uma maneira brilhante dirigiu a reunião, imparcial, com moral elevada e conduta exemplar que transmitiu a todos os membros da ARENA, em Umuarama. Portanto, agradeço aqui ao Deputado Antônio Lopes Júnior, em nome inclusive de todos os membros da ARENA de Umuarama, que nos deixou plenamente satisfeitos. Não estou aqui para jogar confetis em S. Exa. o Deputado Antônio Lopes Júnior, mas sim, para agradecer e reconhecer o mérito, a maneira com que conduziu, para a satisfação de todos nós, os trabalhos daquela reunião, e tenho certeza que teremos futuramente condições e êxito para concluir todos os trabalhos, que foram realizados naquele encontro. Porque a maneira da instalação foi bem diferente daquela ocorrida pela primeira vez. Portanto, tenho plena convicção e a certeza de que tudo correrá bem com a instalação do Diretório de Umuarama.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Sejam as minhas primeiras palavras, de agradecimento. Em primeiro lugar, a S. Exa. o Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, Primeiro Vice-Presidente desta Casa, que possibilitou, da maneira mais decisiva, a ida do Secretário Regional da ARENA a Umuarama.

Em segundo lugar, as palavras proferidas aqui há pouco pelo Sr. Deputado Marciano Baranuk. Nada mais fiz do que cumprir uma missão. Pesava-me bastante no pensamento e no coração, existir um Município, justamente o Município de Umuarama, sem a existência de um Diretório Arenista. Por este motivo, empreguei todos os meus esforços, toda a minha dedicação de um mês para cá e, felizmente, pude contar com a vontade, a sinceridade, o desejo de acertar de todas as correntes arenistas daquele próspero Município. E assim culminou, com a posse da Comissão Executiva no dia 28 do mês findo, numa Sessão que podemos classificar de magnífica. Lá, estavam todas as correntes de lideranças da ARENA; lá estavam homens, mulheres, jovens, lá estavam todos aqueles que desejam ardente e sinceramente, o progresso de Umuarama e do Paraná.

Por isso, foi fácil o meu trabalho e trouxe-me a satisfação de poder iniciar as bases de um grande Diretório Arenista no Interior paranaense. Eu é que agradeço ao povo de Umuarama, principalmente aquela tocante homenagem que me prestou posteriormente à reunião, com um jantar, aonde ninguém deixou de comparecer, mesmo aqueles que, alguns dias antes, acirradamente se combatiam, estavam ali, alegres e satisfeitos, de mãos dadas, conversando entabulando planos para o futuro, todos unidos; como Umuarama não se vê em parte alguma no Interior paranaense, referente a seu povo e às suas lideranças políticas. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme havíamos anunciado, no Pequeno Expediente, voltamos agora, no Grande, para dissertarmos, falarmos alguma coisa sobre o assunto do momento, a Grande Vitória que o Paraná conseguiu, que foi a implantação da Refinaria, em seu Estado.

Em 67, na Legislatura anterior, fiz um discurso desta Casa, reivindicando a Refinaria para o Paraná e dizendo porque reivindicava. Trocamos vários expedientes com a PETROBRAS naquela oportunidade e nos prometeram que na década de 70 ela seria realmente instalada, como de fato o será.

Nesta Legislatura, nós, sem vaidade alguma, afirmamos a todos os Senhores Deputados presentes, que fomos o primeiro Deputado nesta Legislatura a tecer considerações a respeito e, na realidade quisemos alertar o Sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, na oportunidade em que verificávamos uma luta tenaz que se travava entre Santa Catarina e Paraná, para que ele, em igualdade de condições como Governador que é, do nosso Estado, não esmorecesse e fizesse o mesmo trabalho que estava sendo feito, na ocasião, pelo Governador Colombo Salles.

Fizemos três viagens às nossas expensas ao Rio de Janeiro e, graças a um fator puramente de sorte, junto ao General Izaac Nahon, com quem nos encontramos, em Copacabana, conseguimos os informes necessários para que pudessemos montar aquele discurso que montamos e desta Casa dissemos, discurso que teve uma repercussão nacional, no seu conteúdo técnico. Tanto é verdade que ele foi transcrito nos Anais do Congresso Nacional. Recebemos expediente da PETROBRAS sobre o discurso que uma cópia foi enviada àquela autarquia, no qual dissemos da sua grande importância e valor, pelo que nele se continha.

Na ocasião em que pronunciamos aquele discurso, fizemos um paralelo entre Araucária e o Planalto, enfim, em Paranaguá. Reivindicamos para o Paraná e dissemos das vantagens de Paranaguá e das desvantagens de Paranaguá, como das vantagens e desvantagens do Planalto para a implantação de



uma Refinaria. A PETROBRAS decidiu, acreditamos, pelo fator técnico, pela abundância de água que é necessária para que uma Refinaria seja implantada. Se fôsse no Litoral seria ao largo do Rio Caraguassu, mas o volume de águas talvez não fôsse suficiente. A área de que necessitava era de 100 milhões de metros quadrados e talvez naquela região não tivesse a área disponível.

Outro problema era a energia elétrica que precisava ser em abundância. Três fatores que, acredito, de ordem técnica, fizeram com que a PETROBRAS optasse pelo Planalto.

Na ocasião dissemos, e hoje repetimos, somos Deputado Estadual representante do Estado do Paraná e nossa luta era pela Refinaria no Paraná.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O fato de que a PETROBRAS haja optado pelo Planalto, Deputado Nelson Buffara, em absoluto pode importar em diminuição ao mérito que V. Exa. tem relativamente a esta campanha encetada no Paraná, visando a conquista desta Refinaria para nosso Estado. Se não nos falha a memória deve ter sido V. Exa., contando com o apoio dos demais ilustres membros desta Casa que se pronunciaram sobre a matéria, o primeiro Deputado a ocupar a Tribuna desta Casa para alertar o Poder Público, o Governo do Estado com relação ao interesse do Paraná a respeito desta Refinaria. Gostaria que V. Exa. permitisse que eu registrasse as minhas congratulações — representante que sou de uma região distante relativamente à localização desta Refinaria, seja do Litoral, seja do Centro do Paraná — congratulações extensivas aos demais Deputados que lutaram pela implantação desta Refinaria no Estado que representa, para o Paraná, realmente uma grande conquista. Era o que queríamos acrescentar nesta congratulação que fazemos a V. Exa.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradecemos o aparte do Deputado Muggiati Filho e queremos respondê-lo. Em nosso discurso, que teve repercussão nacional pelo seu conteúdo técnico, dissemos que entendamos que a Refinaria podia ser implantada em Paranaguá, Araucária ou Mandirituba.

Fora destas duas localidades no Planalto e de Paranaguá, no Litoral, em nossa opinião, e de acordo com dados técnicos, não existia outra área em que pudesse ser implantada a Refinaria. Na ocasião preconizávamos, no Planalto, Araucária e Mandirituba. Está no discurso que deve constar dos Anais da Casa, como toda a matéria que por aqui transita.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Concedo o aparte ao deputado Antônio Belinati que o solicitou primeiro.

O Sr. Antônio Belinati — Pelo critério de idade, cede a vez ao Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Deputado Nelson Buffara, não poderia deixar de pedir este aparte porque conheço a luta do nobre Deputado, na primeira Legislação, procurando trazer ao Paraná uma Refinaria, o que seria uma grande conquista para nosso Estado. E nesta Legislação V. Exa. trouxe os dados técnicos, como bem disse, para que esta Refinaria fôsse implantada no Paraná. Seu discurso teve grande repercussão não só no Paraná, como no País inteiro. Logo após seu pronunciamento estivemos em Camboriu, Santa Catarina e o assunto foi abordado por um Deputado daquele Estado, dizendo de seu pronunciamento: Santa Catarina sentiu o pronunciamento de V. Exa. As palavras de V. Exa. ficarão nos Anais desta Casa, bem como o brilhante trabalho feito nesse sentido e que trouxe, para o Paraná, com a ajuda dos Deputados de sua Bancada, essa Refinaria para nosso Estado.

Queremos nos congratular com V. Exa. por essa luta, por esse trabalho que V. Exa. teve junto à PETROBRAS, aos órgãos federais, e essa conquista, podemos dizer, deve muito a V. Exa. E o Paraná, nobre Deputado, saberá reconhecer o trabalho de V. Exa., do Deputado que representa o Litoral. Não importa que a Refinaria seja localizada em Araucária, ela está no Paraná. Isso, hoje, é uma realidade.

Está de parabéns V. Exa., está de parabéns o Sr. Governador pois que trouxeram para cá, para o Paraná, a Refinaria da PETROBRAS.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, deputado Fuad Nacli. O agradecimento é duplicado porque V. Exa. integrante de uma Bancada que não é nossa, V. Exa., de público, reconheceu este nosso modesto trabalho, inclusive trouxe as afirmativas de um Deputado de Santa Catarina.

O que V. Exa. disse nos envaidece sobremaneira. Agradecemos sensibilizados, as suas afirmações.

Concedemos o aparte ao Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Ilustre Deputado Nelson Buffara, inicialmente, permita-me, nobre Deputado, fazer um registro da visita que ora faz a esta Casa, o nosso companheiro Sr. Orlando Striquer, uma das pessoas mais conceituadas de Jataizinho, que, juntamente com uma Comissão de representantes daquela cidade, aqui estão tratando de interesses daquele Município.

Deputado Nelson Buffara, não poderíamos, neste momento, deixar passar a feliz oportunidade de louvar a iniciativa e o incansável trabalho que V. Exa. realizou, não apenas como um integrante do Poder Legislativo, nem apenas como Deputado do MDB, mas, sobretudo como um homem com a vida voltada inteiramente aos altos interesses e propósitos do Paraná.

V. Exa. foi um dos batalhadores de primeira hora, e nesta grande campanha que se travou para que a Refinaria da PETROBRAS viesse para o Paraná, após aquela primeira expectativa, diante da possibilidade de que nosso Estado fosse deixado de lado e que Santa Catarina viesse a arrebatar essa Refinaria que V. Exa. tanto sonhou e reivindicou para o Paraná.

V. Exa. sempre trouxe, para esta Casa, os debates em alto nível. Jamais procurou colocar o problema em termos de bairrismo. Pretendia trazer para o Paraná essa Refinaria, não importando onde se localizasse.

E as argumentações de V. Exa. acabaram por vencer, inclusive, os altos dirigentes da PETROBRAS, porque a tese que V. Exa. defendeu aqui foi aceita.

E, nesta oportunidade, queremos tributar nossa homenagem a V. Exa. que sempre pesquisou e argumentou, em alto nível, a necessidade do Paraná, um Estado bem situado, ser o vencedor dessa Refinaria que virá trazer grandes resultados para o nosso Estado. Trará mais divisas, mais mercado de trabalho, pois essa Refinaria, não apenas no setor econômico estará em pauta, mas milhares de pais de família serão nesta Usina seu emprêgo. V. Exa., hoje, é merecedor, em nome de todos os paranaenses, da gratidão pela sua luta, hoje vitoriosa. Congratulo-me também com os homens da PETROBRAS que reconhecendo ser o Paraná o Estado melhor colocado, acabaram por determinar a construção em nosso Estado da Refinaria. Meus parabéns, companheiro Nelson Buffara e nossas homenagens, porque foi realmente um trabalho de fôlego, um trabalho de suor, um trabalho de pesquisa, que hoje é coroado de êxito.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado, nobre Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, nobre Deputado Nelson Buffara que ficasse registrado nos Anais da Casa, a dupla alegria que nos invade: alegria de paranaense e alegria de companheiro de Bancada e admirador de V. Exa., quando se torna realidade a instalação da tão almejada Usina da PETROBRAS em nosso Estado. Alegria de paranaense, pois todo o Estado sabe do significado da instalação dessa Usina em seu território. Alegria de colega de Bancada e admirador de V. Exa. porque, na verdade, foi V. Exa. o primeiro a se movimentar no sentido de articular as forças vivas do nosso Estado, no sentido de que essa Refinaria aqui se instalasse. Acompanhei de perto o carinho que V. Exa. dedicou à matéria, puxando, inclusive, sou testemunha disso, do seu próprio bolso, uma série de pesquisas que visavam fundamentar o pronunciamento que V. Exa. fazia, da reivindicação da construção da Refinaria em nosso Estado.

Não quero patentear aqui que foi o único a reconhecer o trabalho de

V. Exa., já que todos se manifestaram nesta sessão e de maneira geral todo o Paraná, testemunhas que são do elevado esforço que V. Exa. dedicou, pretendendo a construção da Usina da PETROBRAS em nosso Estado.

Todo o Paraná, hoje, reconhece em V. Exa. o grande batalhador trazendo para nosso Estado essa Usina. O Paraná há de ser para sempre grato a V. Exa. pelo grande trabalho empreendido nesse sentido.

Quero, em nome do Paraná, da região que represento juntamente com outros srs. Deputados, manifestar a V. Exa. a gratidão do povo de minha região, povo que também labuta pelo engrandecimento do Paraná. Trago a V. Exa. o aplauso do Sudoeste do Paraná, a nossa melhor homenagem para que fique registrada nos Anais da Casa. Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado, nobre Deputado Sebastião Rodrigues. Dissemos e gostamos de repetir, que jamais seremos vaidosos por essa vitória, porque ela não é nossa, é do Paraná, é de todos. O que não abdicamos, o que não renunciamos jamais, é que fomos o primeiro Deputado desta Legislatura e da anterior, a levantar o problema, porém, sózinho, jamais poderia esperar sequer que eles respondessem ao meu discurso. Foi o esforço, foi o trabalho do ex-Governador Paulo Pimentel, do atual Governador, cremos, e de todos os Deputados que aqui se manifestaram, que conseguiram a Refinaria para nosso Estado. Inclusive, temos certeza, o próprio General Isaac Nahon, se alguma coisa poderia ele fazer, fez pelo Paraná, porque há dois anos atrás recebeu a Cidadania do Estado. Tudo isso aconteceu, foi um acontecimento fora do comum, e tudo isso contribuiu para, que levássemos a melhor.

Queremos deixar registrado aos Srs. Deputados que esse nosso trabalho não foi em termos pessoais ou em termos regionais. Defendemos, é verdade, intransigentemente a implantação de uma Refinaria no Estado do Paraná e ela aqui vai ser implantada.

Nosso requerimento já foi lido pelo Sr. 1.º Secretário, porém, gostaríamos de ler seu último tópico: "Requer-se outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da PETROBRAS, extensivo ao Conselho daquela empresa estatal".

Se assim nos pronunciamos é porque temos certeza que imperou a técnica e o bom senso. Se o Paraná tivesse se voltado para o lado político, se a PETROBRAS tivesse admitido ingerência política nós, talvez, tivéssemos perdido a mais importante luta travada nos últimos cinquenta anos, qual seja a implantação em nosso Estado de uma Refinaria de Petróleo.

Queremos, nesta oportunidade, congratularmo-nos com o ex-Governador e com o atual Governador, com os dirigentes da Nação. A cada um deles cabe uma parcela de respeito pela grande vitória.

Terminando este rápido relatório desejamos, também, a bem da verdade, dizer que se a PETROBRAS assim decidiu foi por uma questão de justiça, foi porque o Paraná tinha mais condições que qualquer outro Estado do Sul. Foi uma decisão justa e meritória, com a qual nos congratulamos. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/70, de autoria do Dep. João Mansur, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, as estradas São Mateus?Tebouças e Fluiópolis-Rio Claro do Sul-Mallet. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.  
— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/71, de autoria do Dep. Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir um prédio destinado a Delegacia de Polícia de Cianorte. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239/69, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, passa à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste. — Pareceres favoráveis da C.J.C. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 239/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — A Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste atualmente vinculada a 47a. Inspeção Regional de Ensino, de Santo Antônio do Sudoeste, passará à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1969

a) Dep. Ivo Tomazoni

A JUSTIFICATIVA SERÁ FEITA EM PLENÁRIO:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 239/69

SOMULA: "Passa à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste".

#### PARECER

1.) O projeto foi apresentado na conformidade com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O mesmo não apresenta qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Em face do exposto, somos pela sua aprovação, obedecido o substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Gilberto Carvalho

Acyr José

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Martins de Oliveira

Bersari Netto

#### SUBSTITUTIVO GERAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — A Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste, atualmente vinculada a 47a. Inspeção Regional de Ensino, de Santo Antônio do Sudoeste, passa à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente  
**Odilon Reinhardt** — Relator  
**Gilberto Carvalho**  
**Acyr José**  
**Muggiati Filho**  
**Cândido Martins de Oliveira**  
**Borsari Netto**  
**Sebastião Rodrigues Júnior**

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 239/69

AUTOR: Dep. Ivo Tomazoni

SÚMULA: Passa à jurisdição da 48a. Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste.

#### PARECER

1.) O Projeto de Lei em exame, não apresenta qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional.

2.) O mesmo já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3.) Portanto, o nosso parecer é pela sua aprovação, obedecido o substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de 1971

aa) — **Antônio Lopes Júnior** — Presidente  
**Francisco Escorsin** — Relator  
**Alvaro Dias**.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, proíbe toda e qualquer propaganda particular, dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 113/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. I — Fica proibida toda e qualquer propaganda particular dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

a) — **Deputado Wilson Brandão**

#### JUSTIFICATIVA:

É fato comum deramar-se, nas margens de nossas rodovias, dentro das faixas de domínio do Estado, com grande quantidade de propaganda comercial pintada sobre árvores e pedras. Esta prática revela um hábito que muito depõe contra nossa ciosidade de salvaguarda de nosso patrimônio natural.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 113/71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: "Proíbe toda e qualquer propaganda particular, dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais".

#### PARECER

1.) A Proposição supra referida foi elaborada de conformidade com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Referido Projeto não apresenta qualquer óbice, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Acyr José

Igo Losso

Muggiati Filho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabáudia, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 194/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabáudia, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

a) — Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

Sabáudia é um Município que está experimentando grande progresso e seus jovens, em grande número, para cursarem a Escola de Comércio, são obrigados, após árduo dia de trabalho, a se deslocarem para cidades vizinhas para estudarem. Justifica-se por isso o presente Projeto de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 194/71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Sabáudia, uma Escola Técnica de Comércio, na forma que especifica".

#### PARECER

1.) A medida proposta vem articulada e justificada, atendendo, desta forma, o que preceitua o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) Trata-se de simples autorização legislativa, e, por outro lado, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa de seu ilustre autor.

3.) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, o Projeto visa

autorizar o Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabáudia.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, no devido tempo, manifestou-se pela aprovação da matéria, por unanimidade dos seus ilustres integrantes.

Cumpra a esta Comissão decidir sobre o mérito.

É provável que ninguém mais ignora que os imperativos do desenvolvimento econômico, cujo processo se instalou recentemente no Brasil, reclamam a urgente preparação de pessoal técnico, em todos os setores de atividade, para acelerar e sustentar o referido surto de desenvolvimento.

A nova estrutura de ensino fundamental e médio, a ser implantada no próximo ano letivo em todo o país, dá especial realce aos cursos de caráter profissionalizante, em obediência a essa realidade dos nossos dias.

A criação de uma Escola Técnica de Comércio, no interior do Estado, está isenta de qualquer restrição, por força do que acima ficou dito.

Opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões,

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Acyr José — Relator

Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juvenal do Nascimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 11.º aniversário da TV Paranaense Canal 12 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Conselho Diretor da Companhia Brasileira de Petróleo, consignando a satisfação do povo paranaense pela escolha de nosso Estado como sede da Refinaria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja o Grande Expediente do dia 4 dedicado a prestar homenagem pela passagem do segundo aniversário do Governo Emílio G. Medici. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações ao Senador Accioly Filho, pelo Parecer emitido ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à Direção e Funcionários da Petrobrás. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José, solicitando voto de aplauso à Sra. Helena Ferraz de Carvalho, pela sua atuação profundamente cristã ao chamar a si a tarefa de promover o Natal do Encarcerado do ano em curso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Superintendente da Receita Federal, solicitando funcionários para a Delegacia da Receita Federal de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela decisão tomada pela Administração Federal, de instalar no Paraná a Refinaria de Petróleo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 255-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo "Em torno do artigo 197 da Constituição", de autoria do Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, publicado no jornal "A Gazeta do Povo". — **Aprovado. (O artigo a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143.71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 239-69, 112.71, 194.71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102.71.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados, que amanhã, dia 4, quinta-feira, às 14,00 horas, haverá sessão extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 72.71 e, finalmente, fica marcada a ORDEM DO DIA para a sessão de sexta-feira, dia 5, às 10,00 horas, que será a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 440-68, 61-71 — 219-70 — 308-70 — 25.71 — 78.71 — 29.71 — 87.71 — 88.71 — 174.71.

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FABIANO BRAGA CORTES, NA SESSÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 1971

EM TORNO DO ARTIGO 197 DA CONSTITUIÇÃO

Mancel de Oliveira Franco Sobrinho

As Constituições, como leis políticas, assentam numa realidade que se torna permanente no tempo social e histórico. Elas, quando dizem, dizem para valer. Não é de se querer que uma Constituição, depois de escrita, votada e promulgada, não seja cumprida.

Há um dispositivo mantido na frequência desde a Carta de 1946, aqui no Brasil, que merece o respaldo da respeitabilidade administrativa e política. É aquele, novamente inscrito no artigo 197, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.

Faço lembrança aqui para os esquecidos, sobre a obrigatoriedade normativa da sua aplicação. Está assim redigido:

“Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;
- b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no § 1.º do artigo 97;
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração direta ou indireta ou contribuinte da Previdência Social; e
- d) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos”.

Não há como discutir, pela boa clareza da tese constitucional, o que está evidentemente expresso na Constituição. O que pretendeu o legislador constituinte, depois de 1946, e depois de 1969, foi caracterizar um ato de nobreza pública em favor daqueles que lutaram pelo Brasil.

Surpreende, no entanto, que a obrigatoriedade constitucional, altamente humana nos seus objetivos, não obstante estar nas disposições gerais e transitórias, no mais das vezes não é compreendida pelas autoridades governamentais, criando ambiente de angústia e sofrimento.

Todos nós sabemos, não só por ouvir dizer, mas também pelo conhecimento da história recente, o que foi a participação do Brasil nos campos de batalha da Itália. Os episódios lá marcados, pela intensidade dos acontecimentos, exaltam o valor do soldado expedicionário brasileiro.



Naquêle preciso instante histórico, em que os soldados brasileiros desembarcaram na Europa, o que se decidia trágicamente era o próprio destino político da humanidade. E os novos rumos não foram conquistados senão com sangue, valentia, coragem e intrepidez dos brasileiros.

Injustiça, portanto, e clamorosa, a desconsideração em que está o disposto na sua extensão pelo referido artigo 197, aqui repetido e lembrado. Sei de inúmeros expedicionários que ainda buscam o amparo da lei constitucional, na sua exegese ordenativa e conceitual.

Não é mais possível, principalmente, que a letra "b" do referido disposto constitucional não seja respeitada. Está exato, na sua prática, o que se pretende finalizar. O que queria, ou ainda quer, o legislador constituin- te, num reflexo profundo do sentimento nacional.

Se assim não fôsse, não faria o legislador constituinte a imposição de uma regra excepcional, como aquela que se refere ao artigo 97 da Constituição, prescindindo do que estabelece o § 1.º, onde a primeira investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso.

Para melhor compreensão, o § 1.º do artigo 97 da Emenda Constitucional n.º 1 textua sem possibilidade de controversia:

"A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei". E quais êsses casos indicados em lei, senão aquêles assegurados no texto e contexto da própria Constituição?

Na verdade, é lamentável, sobretudo é desumano, que ainda existam brasileiros, soldados expedicionários, pracinhas inúmeros, batendo às portas de autoridades governamentais, requerendo exaustivamente em processos que nunca têm fim, para verem assegurada uma regra constitucional.

O tempo passado, e passando, não pode trazer o impatriótico esquecimento. Isso não é justo e nem é aconselhável. Um direito que se adquiriu em campos de batalha, numa guerra de tão altas conseqüências históricas, não pode ficar postergado como se fôsse letra morta constitucional.

O presente jamais pode desrespeitar o passado. Daí o motivo porque dou, desta coluna de jornal, o meu sentimental brado de alerta. E dando êsse brado de alerta, digo:

— Senhores do Governo, mesmo que não houvesse um dispositivo constitucional para cumprir, vamos ainda enquanto é tempo, em reverência aos nossos mortos do Cemitério de Pistóia, apoiar os vivos que aí estão à espera de justiça, de amparo pelos serviços prestados em favor de uma civilização quase naufragada numa atmosfera de ódio entre culturas e raças!!!

Não vamos esperar que a "justiça de Deus se faça pela voz da História", na expressão de D. Pedro II. Mas vamos, desde já, com sentido de responsabilidade, dizer aos que lutaram por nós nos campos de batalha, que eles não foram esquecidos dos homens de hoje, para apenas serem lembrados em páginas coloridas de livros que justamente exaltam os valores reconhecidos!!!

#### PORTARIA:

PORTARIA N.º 483.71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.173, de 25 de outubro de 1971, dêste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Hugo Gabardo, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 03 de novembro de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de novembro de 1971.

a) Dorizon Salgado Bueno — Diretor Geral

**ATAS DAS COMISSÕES:****COMISSÃO DE REDAÇÃO**

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

**Ata da 33.a Reunião Ordinária**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Maurício Fruct apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 440.68 — de autoria do Senhor Deputado Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), a Etelviva da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação. PROJETO DE LEI N.º 61.70 — de autoria do Senhor Deputado Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo com apoio Art. 125, inciso VII, da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá. PROJETO DE LEI N.º 218.70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo doar ao mun. de Jataizinho, os lotes de terrenos urbanos, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 306.70 — de autoria do Senhor Deputado Alencar Furtado, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Itaquí, com sede no mun. de São José dos Pinhais. PROJETO DE LEI N.º 25.71 — de autoria do senhor deputado David Federmann, que dá nova Redação ao item III, do art. 195 da Lei n.º 6.174, de 16.11.70. PROJETO DE LEI N.º 29.71 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que transfere a responsabilidade de D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis. PROJETO DE LEI N.º 78.71 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o P. E. a proceder através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. PROJETO DE LEI N.º 87.71 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o P.E. estender da sede do mun. de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha, uma linha de força e luz. PROJETO DE LEI N.º 88.71 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o P.E. construir uma estrada para ligar a sede do mun. de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. PROJETO DE LEI N.º 174.71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o P.E. doar ao mun. de Vitorino, um motor e um trator, conforme especifica, pertencentes ao D.A.T.M. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada por Mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente  
(Ass. ilegível) — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 174.71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Vitorino, um motor TD.RM. 23352, de Trator Internacional — TD.18, e um Trator Fiat — 60 — CI, motor n.º 553049, chassis n.º CI x 530532, pertencentes ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 88.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a construir através do Departamento de Estradas de Rodagem, uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha.

Art. 2.o — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 87.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Obras, a estender linha de força e luz da sede do Município de Adrianópolis, ao lugar denominado Ribeirão do Rocha.

Art. 2.o — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 87.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas — Astorga — Santa Fé — Colorado.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.o 29.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis, em um trecho aproximado de 30 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 25/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 195 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único — A cada dependente relacionado no artigo seguinte corresponderá uma cota de salário-família, exceto no caso do item III a que corresponderão três cotas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 308/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional Itaqui, com sede no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 218/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Jataizinho, revertendo desta forma, ao seu patrimônio, os lotes urbanos n.ºs 9 (nove), 10 (dez) e 12 (doze), da quadra n.º 14 (quatorze) e os lotes urbanos n.ºs 1 (um), 3 (três), 5 (cinco), 7 (sete), 9 (nove) e 11 (onze), da quadra 15 (quinze), constantes dos Títulos de Propriedades n.ºs 43 (quarenta e três), 44 (quarenta e quatro) e 45 (quarenta e cinco), expedidos em 03 de dezembro de 1.949.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 61/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo com apoio no art. 125, inciso VII da Constituição, autorizado a doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Artífices e Marinheiros de Maringá.

Art. 2.º — Os recursos para atender as despesas da presente Lei, correrão à conta da dotação consignada no Orçamento para o exercício de 1.970, na Administração Geral do Estado sob título próprio.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 440.68

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 30.00 (trinta cruzeiros) à Helvina da Cruz Marcondes, viúva de Eurico Marcondes, ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/10/71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet

Pinto Dias — Relatores

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 24.ª Reunião Ordinária

As dezesseis horas e trinta minutos, do dia vinte e sete do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados Armando Queiroz, Arthur de Souza, José Muggiati Filho, Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho, Adilon Reinhardt, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Requerida dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, pelo Senhor Deputado Arthur de Souza. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 69-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 97-71, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Revoga integralmente a Lei n.º 1, de 2.6.71, que revogou, o artigo 14, da Lei n.º 5.871, de 6.11.68. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 3) — PROJETO DE LEI N.º 117-71, de autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni. Dá novas divisas aos Municípios de Tapira, Nova Olímpia, Cruzeiro do Oeste e Maria Helena. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: requer que o mesmo seja convertido em diligência junto ao Município de origem. Deferido. 4) — PROJETO DE LEI N.º 129-71, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Mandaguáçu. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 173-71, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Liceu-Mário de Andrade Ltda. — Socie.

dade Civil Lema, com sede na cidade de Londrina. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 196.71**, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Cria, junto ao Departamento de Energia Elétrica, um Fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela sigla FEER - PR, e dá outras providências. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 203.71**, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública o Clube dos Doadores de Sangue, da cidade de Londrina. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: Favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 211.71**, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carrazzi. Eleva o quantum da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados estaduais. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 9) **PROJETO DE LEI N.º 221.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 24.71, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ .... 222:807,00, ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71.3.7—60—05—3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Sobprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 215.70**, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte do Paraná, da Fundação Universidade do Estado de Londrina, com o Banco Real de Investimentos S. A. até a importância de Cr\$ 25.000.000,00. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apresentados às **PROPOSIÇÕES N.ºs 79.71, 80.71, 81.71, 82.71, 85.71 e 86.71**, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, na próxima Reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(sa) Deputado Wilson Brandão — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária